PROJETO DE LEI Nº , DE 2001

(Do Sr. Orlando Fantazzini)

Altera o artigo 97 do Código Penal, modificando as condições de aplicação da medida de segurança.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 97 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 97. Se o agente for inimputável (art. 26), o juiz determinará sua internação ou sujeição a tratamento ambulatorial. A internação será obrigatória quando o tratamento e a periculosidade do agente assim o exigirem.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Reapresento o Projeto de Lei nº 3.745, de 1997, da lavra do ilustre ex-Deputado Hélio Bicudo, tendo em vista que o mesmo foi arquivado

em definitivo. Levo em conta, e em homenagem ao emérito Deputado, o inteiro teor do mesmo.

O Código Penal de 1940 previu o instituto da medida de segurança como medida preventiva e assistencial aplicada aos inimputáveis que houvessem praticado crime, visando impedir que o agente que ainda guardasse grau elevado de periculosidade viesse a realizar nova prática delituosa.

O mesmo Código define o inimputável como “... o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.” (art. 26).

Assim, quando a pessoa com desenvolvimento mental incompleto ou retardado pratica ato tipificado como crime, ele não é considerado culpável, não lhe sendo aplicada pena restritiva de liberdade em virtude de sua conduta.

A medida de segurança não é pena em sentido estrito, mas tratamento utilizado para minimizar a periculosidade de pessoa que, por não compreender a ilicitude de seus atos, não poderia ser punida.

A medida de segurança pode assumir uma de duas formas: a internação ou a sujeição a tratamento ambulatorial. A lei penal vigente determina ao juiz que aplique a medida de internação se o crime for punível com reclusão, e a de tratamento ambulatorial no caso da conduta ser punível apenas com detenção.

Ora, uma vez que a legislação brasileira adota a teoria biopsicológica da inimputabilidade – segundo a qual o inimputável não deve ser punido, mas sim tratado –, não satisfaz o espírito da lei obrigar o juiz a aplicar uma modalidade específica de medida de segurança apenas porque o crime praticado seria punido, caso o agente fosse imputável, com *pena* de reclusão ou de detenção.

Como a medida de segurança visa o tratamento e a assistência ao inimputável, a modalidade de medida a ele aplicável pode apenas ser determinada pelo exame técnico-científico de sua patologia, o grau de desenvolvimento da mesma e o seu nível de periculosidade atual.

Todavia, hoje, ao aplicar a medida de segurança o juiz deve observar apenas a pena que seria aplicada ao agente se ele fosse imputável, como se a reprovabilidade social de um crime fosse a mesma, independente das faculdades mentais do agente.

Por discordarmos desse último entendimento, esposamos a tese defendida pelo egrégio e militante Ministério Público do Estado de São Paulo, de que o juiz deverá apreciar as necessidades e grau de periculosidade reais do agente, quando for decidir qual modalidade de medidas de segurança deverá ser aplicada no caso concreto.

Deste modo, contamos com o apoio dos ilustres pares nesta Casa das leis, para esta Proposição.

Sala das Sessões, em de de 2001.

ORLANDO FANTAZZINI
Deputado Federal